



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	11189/2023
Data do Início	30/05/2023
Folha	
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 11189/2023, Pregão Presencial 09/2023

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema de Ensino, composto por disponibilização de material didático e ferramentas multiuso, sendo: formação continuada, capacitação de docentes e gestores e produção de portal educacional.

À D. Procuradoria,

A empresa **EVOLUÇÃO COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES

Em resumo, a impugnante alega:

- I- Suposta ilegalidade no Edital nas exigências referentes à qualificação técnica;

III – DO MÉRITO

Em suas razões, o impugnante alega que o edital do certame supracitado possui diversas irregularidades e ainda que viola os princípios da vedação ao formalismo exacerbado e da competitividade, argumentando que as exigências contidas no referido certame, referentes as especificações técnicas, parecem estar direcionadas a determinadas empresas.

Os pontos questionados pelo impugnante versam especificamente sobre a exigência de Assessoria Presencial nas Escolas, Visitas Técnicas as Escolas, Cursos de Capacitação – com Carga Horária Mínima de 180 horas, na modalidade EAD e Livro Integrado Regional Maricá (Geografia e História), em síntese, argumentando que tais exigências beneficiam empresas sediadas e que já atuam com temas voltados para este município e também que as previsões editalícias devem ser melhor formuladas com observância aos princípios da vedação ao formalismo exacerbado e da competitividade.

Embora seja importante salientar que a Administração Pública realiza pesquisa de preços seguindo os parâmetros das legislações que versam sobre o tema, visando garantir que os valores praticados espelhem o que ocorre no mercado, visando assim proteger tanto os licitantes quanto o próprio órgão contratante. Esta Comissão entende que os argumentos apresentados pela empresa impugnante, merecem minuciosa apreciação pela Secretaria Requisitante que elaborou o referido edital.

Considerando que esta Comissão mantém o respeito as atribuições funcionais desta administração, registra-se que os pontos atacados nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta especializada debater sobre o tema.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

IV – DA CONCLUSÃO

Esta especializada decide conhecer a impugnação, porém, tendo em vista que as razões alegadas fogem da competência desta especializada, solicita-se a análise da D. Procuradoria Geral deste município, assim como da Secretaria Requisitante e que, caso entendam necessário, tomem as medidas cabíveis para melhor andamento do procedimento licitatório.

Diante do exposto, esta Comissão submete à Douta Procuradoria Geral do Município e, em seguida, à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 31/05/2023

Nathália Coelho da Costa Borges
Mat. 3001177

De acordo,

Flávia Maria Nogueira Mattos
Pregoeira
Mat. 109.262